



**PROVA OBJETIVA**  
**PROCESSO SELETIVO PARA CREDENCIAMENTO DE ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL SUPERIOR -**  
**DIREITO**

NOME: \_\_\_\_\_ Nº INSCR. \_\_\_\_\_

**INSTRUÇÕES**

- 1- Preencha com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente, de maneira legível, os dados de **IDENTIFICAÇÃO** solicitados no Caderno de Prova (Nome Completo e Número de Inscrição) e assine no Cartão Resposta.
- 2- Verifique se a sequência da numeração das folhas do Caderno de Prova está correta (06 páginas). **Após a orientação do fiscal sobre a conferência da prova, este não será substituído sob qualquer alegação.**
- 3- A **PROVA OBJETIVA** contém **30** questões objetivas, com 04 (quatro) alternativas (**A, B, C, D**), valendo **1,0 (um) ponto** cada, devendo o candidato obter no mínimo **50% de acerto** para aprovação.
- 4- No Cartão Resposta, as questões estão representadas pelos seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), toda a opção de sua escolha, sem ultrapassar as bordas. Conforme modelo abaixo.

Exemplo: Questão 01 - A



- 5- O **Cartão Resposta** será o **único documento válido para correção** e **NÃO** será substituído em hipótese alguma, salvo se detectado erro ocasionado pela **Coordenação do Processo Seletivo**.
- 6- Não rasure o Cartão Resposta e **NÃO MARQUE MAIS DE UMA ALTERNATIVA**, caso contrário, a questão será **ANULADA**. Evite deixar questões sem respostas.
- 7- Para o correto preenchimento do Cartão Resposta aguarde a orientação do fiscal.
- 8- Não faça perguntas aos fiscais, a interpretação das questões faz parte da Prova.
- 9- No decorrer da Prova não será permitida qualquer espécie de consulta bem como qualquer comunicação externa e interna e entre os candidatos.
- 10- A Prova terá duração de **03 (três) horas** e ao terminá-la entregue ao fiscal o Caderno de Prova completo, juntamente com o Cartão Resposta, devidamente assinado.
- 11- A saída da sala só poderá ocorrer depois de decorrida uma hora de início da Prova. A não observância desta exigência acarretará a exclusão do Processo Seletivo.
- 12- O candidato que permanecer na sala de prova até 01 (uma) hora antes do seu término, poderá levar consigo o Caderno de Prova.
- 13- O gabarito será publicado no dia **27/08/2019**, e a **CLASSIFICAÇÃO FINAL** a partir do dia **17/09/2019** no Diário Oficial de Bauru.

**Boa Prova!**

01	16	
02	17	
03	18	
04	19	
05	20	
06	21	
07	22	
08	23	
09	24	
10	25	
11	26	
12	27	
13	28	
14	29	
15	30	



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU**  
*Secretaria Municipal de Administração*  
*Departamento de Recursos Humanos*

**Prova Objetiva**  
**Edital nº 04, de 13/06/2019**



**Prefeitura Municipal de Bauru**  
**Processo Seletivo para Credenciamento de Estagiários de Nível Superior -**  
**DIREITO**

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**01)** O Artigo 1º da Constituição Federal de 1988 prevê que a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem seus próprios fundamentos. Dentro desta matéria, indique abaixo a alternativa que indica de forma **INCORRETA** um desses princípios da República Federativa do Brasil:

- A) Soberania.
- B) Cidadania.
- C) Dignidade da pessoa humana.
- D) Singularidade política.

**02)** Os direitos e deveres individuais e coletivos constitucionais estão previstos no Artigo 5º da Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988. Nele está escrito que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos dos incisos nele relacionados. Assim, considerando esse rol de obrigações e garantias, indique abaixo a assertiva **CORRETA**:

- A) É livre a manifestação do pensamento, protegido o anonimato.
- B) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, condicionadas à censura ou licença.
- C) É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.
- D) É plena a liberdade de associação para quaisquer fins.

**03)** Nos exatos termos do Artigo 6º da Constituição Federal da República Federativa do Brasil que versa sobre os direitos sociais constitucionalmente garantidos, indique abaixo a alternativa que **NÃO EXPRESSA** um desses direitos:

- A) Moradia.
- B) Transporte.
- C) Propriedade.
- D) Alimentação.

**04)** A Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece em seu Artigo 14 que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante plebiscito, referente ou iniciativa popular. Nesta seara, sobre a elegibilidade, indique abaixo a alternativa **INCORRETA**:

- A) A nacionalidade brasileira é uma das condições para a elegibilidade.
- B) A idade máxima para ser considerado elegível para os cargos de Presidente é de trinta e cinco anos.
- C) São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.
- D) O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente.

**05)** Nos termos do Artigo 15 da Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988 indique a alternativa **CORRETA** abaixo sobre as hipóteses de suspensão e perda dos direitos políticos:

- A) Condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos.
- B) Cancelamento da naturalização por sentença de primeiro grau, ainda que passível de recurso.
- C) Incapacidade civil relativa.
- D) O alistamento militar.

**06)** De acordo com o Artigo 37 da Constituição Federal de 1988, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Nesta seara, analise as assertivas abaixo e assina a **CORRETA**:

- A) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis somente aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei.
- B) O prazo de validade do concurso público será de até três anos, prorrogável uma vez, por igual período.



**C)** É vedado ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.

**D)** A lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência.

**07)** Estabelece a Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988 que a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador. Porém, essa regra comporta exceções previstas no próprio texto constitucional. Sobre essas exceções, indique abaixo a alternativa **INCORRETA:**

**A)** Salvo em caso de flagrante delito.

**B)** Salvo em caso de desastre.

**C)** Salvo em casos para prestar socorro.

**D)** Salvo em caso de determinação policial.

**08)** Sobre as normas fundamentais do processo civil, previstas na Lei n.º 13.105 de 16 de março de 2015, o Código de Processo Civil, indique abaixo a alternativa **INCORRETA:**

**A)** O processo começa por impulso oficial e se desenvolve por iniciativa das partes.

**B)** Não se exclui da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito.

**C)** As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa.

**D)** Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva.

**09)** O Artigo 85 do Código de Processo Civil estabelece que a sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. Sobre a fixação dos honorários advocatícios assinale abaixo a alternativa **CORRETA:**

**A)** São devidos honorários advocatícios cumprimento de sentença, provisório ou definitivo, na execução, resistida ou não, e nos recursos interpostos, cumulativamente, sendo indevidos nos casos de reconvenção.

**B)** Os honorários serão fixados entre o mínimo de cinco e o máximo de quinze por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.

**C)** Não havendo condenação principal ou não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, a condenação em honorários dar-se-á à critério do magistrado.

**D)** Não serão devidos honorários no cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública que enseje expedição de precatório, desde que não tenha sido impugnada.

**10)** Os atos e os termos processuais independem de forma determinada, salvo quando a lei expressamente a exigir, considerando-se válidos os que, realizados de outro modo, lhe preencham a finalidade essencial. Sobre os atos processuais em geral, assinale abaixo a assertiva **CORRETA:**

**A)** Os atos processuais são sempre públicos.

**B)** De comum acordo, o juiz e as partes podem fixar calendário para a prática dos atos processuais.

**C)** Em todos os atos e termos do processo podem ser realizados em língua portuguesa ou espanhola.

**D)** Qualquer terceiro pode requerer ao juiz certidão do dispositivo da sentença, bem como de inventário e de partilha resultantes de divórcio ou separação.

**11)** O Código de Processo Civil estabelece regras próprias de tempo e lugar para a realização dos atos processuais. Sobre esta matéria, analise as alternativas abaixo e indique a **INCORRETA:**

**A)** A prática eletrônica de ato processual pode ocorrer em qualquer horário até às 24 horas do último dia do prazo.

**B)** Além dos declarados em lei, são feriados, para efeito forense, os sábados, os domingos e os dias em que não haja expediente forense.

**C)** Serão concluídos após as 20 horas os atos iniciados antes, vedado o seu adiamento.

**D)** Os atos processuais serão realizados em dias úteis, das 6 às 20 horas.

**12)** Dispõe o Artigo 28 do Código de Processo Civil que os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. Sendo assim, com base nas regras previstas no mesmo Código sobre os prazos processuais, analise a alternativa abaixo e assinale a alternativa **CORRETA:**



A) Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 10 dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.

B) Suspende-se o curso do prazo processual nos dias compreendidos entre 20 de novembro e 20 de dezembro, inclusive.

C) O prazo para a parte, o procurador, a Advocacia Pública, a Defensoria Pública e o Ministério Público será contado da citação, da intimação ou da notificação.

D) Na contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, computar-se-ão em dias corridos.

13) Incumbe ao réu alegar, na contestação, toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito com que impugna o pedido do autor e especificando as provas que pretende produzir. Sendo assim, nos termos do Artigo 337 do Código de Processo Civil, indique dentre as alternativas abaixo aquela matéria que **NÃO INCUMBE** ao réu alegar antes de discutir o mérito:

A) Perempção.

B) Prescrição.

C) Coisa Julgada.

D) Convenção de arbitragem.

14) O executado, independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá se opor à execução por meio de embargos. Sobre esse tema, indique abaixo a alternativa que apresente uma assertiva **INCORRETA**:

A) Nos embargos à execução, o executado poderá alegar apenas a incompetência relativa do juízo da fase de conhecimento.

B) Nos embargos à execução, o executado poderá alegar penhora incorreta ou avaliação errônea.

C) Os embargos serão oferecidos no prazo de 15 dias.

D) O juiz rejeitará liminarmente os embargos quando intempestivos.

15) O recurso extraordinário e o recurso especial, nos casos previstos na Constituição Federal, serão interpostos perante o presidente ou o vice-presidente do tribunal recorrido, em petições distintas que conterão a exposição do fato e do direito, a demonstração do cabimento do recurso interposto e as razões do pedido de reforma ou de invalidação da decisão recorrida. Sobre

os Recursos Extraordinários e Recursos Especiais, de acordo com o Código de Processo Civil, assinale abaixo a alternativa

**CORRETA**:

A) O Supremo Tribunal Federal ou o Superior Tribunal de Justiça poderá desconsiderar qualquer vício formal de recurso tempestivo ou determinar sua correção.

B) É vedado em sede de recurso extraordinário ou recurso especial o pedido de concessão de efeito suspensivo.

C) Recebida a petição do recurso pela secretaria do tribunal, o recorrido será intimado para apresentar contrarrazões no prazo de 10 dias.

D) Na hipótese de interposição conjunta de recurso extraordinário e recurso especial, os autos serão remetidos ao Superior Tribunal de Justiça.

16) Sobre as disposições relativas às nulidades processuais previstas no Código de Processo Civil, avalie as questões abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

A) Quando a lei prescrever determinada forma sob pena de nulidade, a decretação desta não pode ser requerida pela parte que lhe deu causa.

B) Quando a lei prescrever determinada forma, o juiz não considerará válido o ato mesmo se, realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade.

C) As citações e as intimações não serão nulas mesmo quando feitas sem observância das prescrições legais.

D) Não é nulo o processo quando o membro do Ministério Público, apesar de não ser intimado a acompanhar o feito em que deva intervir, se manifestar em sede de alegações finais.

17) Da sentença cabe apelação. É o que dispõe o Artigo 1.009 do Código de Processo Civil. A respeito deste recurso, indique abaixo a alternativa que apresente assertiva **INCORRETA**:

A) A apelação terá efeito suspensivo.

B) A apelação será interposta por petição dirigida ao juízo de primeiro grau.

C) O apelado será intimado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias.

D) Excepcionalmente, a apelação servirá para recorrer de despachos proferidos por juízes de primeira instância.



**18)** Dispõe o Artigo 5º do Código Civil que a menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil. Porém, o parágrafo único do mesmo artigo indica situações em que a incapacidade cessará para os menores de dezoito anos. Dentre estas situações, indique abaixo a alternativa **INCORRETA**:

- A) Pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos.
- B) Pela colação de grau em curso de ensino médio.
- C) Pelo casamento.
- D) Pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria.

**19)** O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo. Isto é o que está previsto no Artigo 70 do Código Civil Brasileiro. Sobre este tema, avalie as assertivas abaixo e indique a alternativa **CORRETA**:

- A) Se, porém, a pessoa natural tiver diversas residências, onde, alternadamente, viva, considerar-se-á domicílio aquela que primeiro adquiriu.
- B) É também domicílio da pessoa natural, quanto às relações concernentes à profissão, o lugar onde esta é exercida.
- C) Tendo a pessoa jurídica diversos estabelecimentos em lugares diferentes, somente onde encontrar-se o seu representante legal será considerado domicílio.
- D) O agente diplomático do Brasil, que, citado no estrangeiro, alegar extraterritorialidade sem designar onde tem, no país, o seu domicílio, poderá ser demandado em qualquer capital dos estados brasileiros.

**20)** São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem. Sobre os bens públicos, indique abaixo a alternativa **INCORRETA**:

- A) Os bens públicos dominicais são inalienáveis.
- B) Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.
- C) São bens públicos os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças.
- D) Os bens públicos não estão sujeitos a usucapião.

**21)** Nos termos do Artigo 44 do Código Civil Brasileiro, indique abaixo a alternativa que **NÃO INDICA** uma espécie de pessoas jurídicas de direito privado:

- A) Associações.
- B) Sociedades.
- C) Fundações.
- D) Autarquias.

**22)** Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada, conforme prescreve o Artigo 1º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Sobre a vigência e eficácia das leis brasileiras, analise as assertivas abaixo e indique a alternativa **CORRETA**:

- A) Nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia seis meses depois de oficialmente publicada.
- B) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, revoga a lei anterior.
- C) A escusa do não conhecimento justifica o não cumprimento da lei.
- D) A Lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.

**23)** A sentença proferida no estrangeiro poderá ser executada no Brasil, desde que preencha alguns requisitos. Sobre esses elementos necessários do título executivo, indique abaixo a alternativa que **NÃO INDICA** um deles, conforme previsto pelo Artigo 15 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

- A) Haver sido proferida por juiz competente.
- B) Terem sido as partes citadas ou haver-se legalmente verificado à revelia.



**C)** Ter sido homologada pelo Superior Tribunal de Justiça.

**D)** Ter passado em julgado e estar revestida das formalidades necessárias para a execução no lugar em que foi proferida

**24)** A Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 permite a participação em licitação de empresas em consórcio. Para tanto, estabelece algumas normas que precisam ser seguidas. Sobre essas regras, indique abaixo a alternativa **INCORRETA**:

**A)** Comprovação do compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados.

**B)** Indicação da empresa responsável pelo consórcio que deverá atender às condições de liderança, obrigatoriamente fixadas no edital.

**C)** Impedimento de participação de empresa consorciada, na mesma licitação, através de mais de um consórcio ou isoladamente.

**D)** Responsabilidade individual de cada integrante pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

**25)** Constitui Dívida Ativa da Fazenda Pública aquela definida como tributária ou não tributária na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. A sua inscrição, que se constitui no ato de controle administrativo da legalidade, será feita pelo órgão competente para apurar a liquidez e certeza do crédito e suspenderá a prescrição, para todos os efeitos de direito, por cento e oitenta dias, ou até a distribuição da execução fiscal, se esta ocorrer antes de findo aquele prazo. Sobre este tema, indique abaixo a alternativa que **NÃO RELACIONA** um dos elementos essenciais que devem conter no Termo de Inscrição de Dívida Ativa:

**A)** O número do processo judicial que servirá para cobrar a dívida.

**B)** A origem, a natureza e o fundamento legal ou contratual da dívida.

**C)** A data e o número da inscrição, no Registro de Dívida Ativa.

**D)** O nome do devedor, dos co-responsáveis e, sempre que conhecido, o domicílio ou residência de um e de outros

**26)** Sobre a penhora no processo de Execução Fiscal, nos termos da Lei nº 6.830 de 22 de setembro de 1980, avalie as afirmações abaixo e assinale aquela que apresenta uma informação **INCORRETA**:

**A)** De forma excepcional, penhora poderá recair sobre estabelecimento comercial, industrial ou agrícola, bem como em plantações ou edifícios em construção.

**B)** A penhora que recair sobre imóvel, far-se-á independente da intimação do cônjuge.

**C)** Far-se-á a intimação da penhora pessoalmente ao executado se, na citação feita pelo correio, o aviso de recepção não contiver a assinatura do próprio executado, ou de seu representante legal.

**D)** A penhora poderá ocorrer sobre título da dívida pública, bem como título de crédito, que tenham cotação em bolsa.

**27)** Sobre os embargos à execução previstos na Lei nº 6.830 de 22 de setembro de 1980, assinale abaixo a alternativa **CORRETA**:

**A)** O executado oferecerá embargos, no prazo de 30 (trinta) dias.

**B)** São admissíveis embargos do executado independente de garantida a execução.

**C)** No prazo dos embargos, o executado deverá juntar aos autos o rol de testemunhas, até duas, ou, a critério do juiz, até o triplo desse limite.

**D)** Serão admitidas nos embargos a reconvenção, compensação, e as exceções.

**28)** Para atender aos fins da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e outras providências, o Artigo 6º do mesmo regulamento apresenta alguns conceitos. Sobre esta matéria, avalie as definições abaixo apresentadas e assinale a **CORRETA**:

**A)** Serviço é toda construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação, realizada por execução direta ou indireta.

**B)** Compra é toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração, tais como: demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, manutenção, transporte, locação de bens, publicidade, seguro ou trabalhos técnico-profissionais.



**C)** Alienação é toda transferência de domínio de bens a terceiros.

**D)** Obra é toda aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente.

**29)** A Concorrência é uma das modalidades de licitação previstas pelo Artigo 22 da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993. Indique abaixo a alternativa que conceitua essa modalidade, conforme previsão legal, de forma

**CORRETA:**

**A)** Concorrência é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.

**B)** Concorrência é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.

**C)** Concorrência é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

**D)** Concorrência é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.

**30)** Os contratos administrativos de que trata a Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993 regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado. Sobre esta matéria, com base nos dispositivos legais, indique abaixo a alternativa **INCORRETA:**

**A)** Os contratos devem estabelecer com clareza e precisão as condições para sua

execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos da licitação e da proposta a que se vinculam.

**B)** A declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

**C)** As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.

**D)** É autorizado o contrato com prazo de vigência indeterminado, com anuência do chefe do Poder Executivo.